



Resumo de Notícias

28/04/2016 - Carta Capital Entrevistas

O olhar da imprensa internacional sobre o impeachment no Brasil

Diferentemente dos veículos nacionais, a imprensa estrangeira cobre a crise política revelando os reais interesses por trás do pedido de impedimento

“ O deputado votou ‘sim’ pela abertura do processo de impeachment e disse que fez a escolha pelo futuro do Brasil e por sua esposa e filhos” , traduzia um repórter da BBC Internacional, em flash com imagens diretas da Câmara dos Deputados no domingo 17 de abril, seguido de uma análise sobre a ausência de argumentos relacionados às acusações feitas à presidenta nos discursos dos parlamentares.

“ O presidente da Câmara brasileira, Eduardo Cunha, que conduz a votação no dia de hoje, é acusado de corrupção e alvo da Lava Jato” , explicava o canal Euronews. “ Milhares de pessoas estão nas ruas, divididas; enquanto há quem comemore, são muitos os brasileiros e brasileiras que denunciam um golpe em curso” , esclarecia a jornalista da Al Jazeera ao vivo, apenas alguns minutos antes da confirmação da abertura do processo.

Durante as cerca de oito horas de votação, o Brasil esteve nas notícias mais importantes (“ breaking news”) de centenas de canais de televisão, jornais, rádios e sites de todo o mundo.

E, durante todo este tempo, jornalistas enfrentavam em diferentes sotaques o desafio de explicar o emaranhado de relações de poder e alianças no Congresso brasileiro e a construção de um discurso conservador e autoritário, no caminho que levou à abertura de processo para julgamento de um possível impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Entre os veículos de comunicação que adotaram uma linha mais crítica e apostaram na apuração jornalística própria, especialmente com correspondentes enviados ao Brasil ou até mesmo a partir de escritórios instalados no País, os obstáculos não eram menores.

Afinal, imagine o desafio de explicar que vários dos parlamentares que tinham direito ao voto naquele momento figuravam na lista da operação Lava Jato sob graves acusações de corrupção, incluindo o presidente da Casa.

Se a tarefa de esclarecer a situação é árdua entre brasileiros, imagine o fardo de quem precisa fazer isso para pessoas que não estão sequer familiarizadas com o contexto político do País, apresentando a biografia extensa desses parlamentares que ali vociferavam contra a “ corrupção” .

Some a isso a necessidade de traduzir, além de centenas de dedicatórias a filhos e esposas, declarações como a do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que homenageou Brilhante Ustra, primeiro militar reconhecido pela Justiça Brasileira como torturador.

Em meio às dificuldades – e também às facilidades, é bom lembrar – impostas pelo distanciamento, a cobertura internacional de um dos principais momentos na história recente brasileira marcou grandes diferenças em relação ao que figurou na mídia tradicional nacional. E, acima de tudo, marcou uma virada.

Onde, apenas um mês atrás, veículos descreviam os protestos nas ruas com um certo glamour de luta contra a corrupção, os espaços de questionamento cresceram. Veio à tona o fato de que os motivos para a abertura de um processo de impeachment são, no melhor dos casos, duvidosos, assim como a credibilidade e idoneidade dos deputados que estavam à frente do processo.

A narrativa na imprensa internacional
Leia mais em:

<http://fndc.org.br/clipping/o-olhar-da-imprensa-internacional-sobre-o-impeachment-no-brasil-948487/>



Resumo de Notícias

28/04/2016 - Convergência Digital

Telefônica Vivo não desiste da franquia na banda larga fixa

A Telefônica Vivo não vai desistir de discutir o limite na banda larga fixa, mesmo diante da repercussão negativa junto aos consumidores. A afirmação foi feita pelo presidente da operadora, Amos Genish, em teleconferência de resultados, realizada nesta quinta-feira, 28/04. O executivo salientou que a discussão está acontecendo, neste momento, em outros países, como Estados Unidos e Canadá.

"Vemos como algo positivo o debate no Brasil a respeito do modelo correto sobre a maneira que diferentes usuários se beneficiam de diferentes pacotes, e não um aumento do preço médio para todos", afirmou o executivo. Genish também disse estar otimista em relação ao parecer futuro da Anatel sobre o assunto.

"A Anatel está liderando esse processo e deve regular a questão nos próximos meses. Devemos esperar pacientemente a visão da Anatel, que deve ser bastante equilibrada", acrescentou. "Estou otimista que a discussão levará a um resultado positivo para todos, de operadoras para usuários", ponderou ainda o executivo.

Para analistas, Genish destacou ainda que é preciso levar em conta o fardo da tributação imposta ao serviço da banda larga, que ultrapassa os 40% e encarece os custos para o consumidor. Não por acaso, pontuou o presidente da Telefônica Vivo, o governo tem tentado liderar planos de universalização de banda larga, mas nenhum com sucesso. "A razão principal para isso é que não conseguiram convencer as operadoras que as condições são boas o suficiente para participação voluntária".

Com relação ao novo modelo para o setor de Telecomunicações, Genish disse que qualquer resultado das negociações para renovar as concessões de telefonia fixa deve ser melhor do que o arranjo atual. O ponto de discórdia nas discussões tem sido a avaliação de ativos que o governo garantiria a operadoras em troca do compromisso de investir mais em banda larga para regiões remotas, disse Genish, acrescentando que "faz sentido" adiar quaisquer decisões até o fim do ano, em função do momento atual político do Brasil.

28/04/2016 - Telesintese

Senador pede CPI da Anatel

O senador Hélio José (PMDB DF), conseguiu recolher 45 assinaturas para abrir uma CPI para apurar a agência e a banda larga fixa

Em poucas horas o senador Hélio José (PMDB-DF) conseguiu reunir 45 assinaturas e protocolou pedido para abertura de CPI contra a Anatel. O objetivo, investigar a postura da agência no caso da franquia da internet fixa.

Apesar de a agência ter adotado uma medida cautelar, sem prazo para terminar, que proíbe que as empresas tomem qualquer medida para reduzir a

velocidade ou corte a banda larga após o término da franquia de dados na banda larga fixa, o que prevalece é a fala do presidente da Anatel, João Rezende que disse em coletiva à imprensa há duas semanas que a era da internet ilimitada no Brasil teria acabado.

De lá para cá, até o grupo Anônmujs invadiu o site da Anatel e divulgou informações pessoais de Rezende na rede.



Resumo de Notícias

28/04/2016 - Insituto Telecom

Minicom: incerteza pela falta de transição clara e indefinição do seu papel no governo Temer

Obviamente, não existe nem sinal de uma transição entre o que hoje é o Ministério das Comunicações e o que pode vir a ser a área responsável por isso num eventual governo Michel Temer. As próprias empresas, exceto por ações isoladas, não estão se mobilizando em conjunto e nem se posicionaram em relação ao que esperam.

As mensagens que chegam da equipe de montagem do possível futuro governo, caso o Senado aprove o afastamento de Dilma, ainda são confusos. Há quem diga que a tendência mais forte é mesmo a de extinção do Ministério das Comunicações, mas o destino das suas atribuições ainda é incerto. Há uma corrente que defende que as atribuições passem à Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), e há quem defenda uma fusão com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

No caso de uma absorção pela Secom, além do risco de que se perca qualquer preocupação com a formulação de políticas de telecomunicações e banda larga, há uma preocupação do setor de radiodifusão de que o governo misture o "cartório", onde correm os 70 mil processos de rádio e TV, com a liberação das verbas publicitárias estatais.

No caso da fusão com o MCTI, existe a questão de

onde acomodar o papel regulador/cartorial da área de radiodifusão, que teria que passar para a Anatel, o que desagradaria enormemente os radiodifusores, na configuração atual da agência. Para as teles, o risco é que as ações estratégicas e políticas setoriais, que são menores em volume econômico do que os projetos e fundos do MCTI, acabem se perdendo dentro de uma estrutura maior. Mas haveria o ganho de posicionar o setor de telecomunicações como parte do setor de TIC, de modo que as políticas passem a ser mais amplas e integradas. Nesse modelo, ainda há dúvidas de onde se encaixariam Correios e a Telebras.

Há ainda a possibilidade, considerada remota, de uma autarquia ou empresa gestora de concessões, onde poderiam entrar os projetos de telecomunicações.

Impactos

A avaliação de fontes do Ministério das Comunicações é que os projetos de telecomunicações, sobretudo em relação à reestruturação do modelo, não devem sofrer grande impacto. Mas o plano de universalização da banda larga e os projetos para o setor de radiodifusão pública (incluindo rádios comunitárias e TVs públicas) podem sofrer um forte revés no eventual governo Temer.

Governo corre para publicar a regulamentação do Marco Civil. Anatel perde força

Com os ministérios em compasso de espera para o cada vez mais provável fim da gestão Dilma Rousseff, nada deve acontecer até o dia 12, de maio, quando o afastamento da presidenta deve ser votado no Senado. Mas algumas medidas importantes devem ser "desovadas" pela presidência antes que a gestão Michel Temer assuma. A mais relevante delas, para o setor de telecomunicações, é a regulamentação do Marco Civil da Internet na questão da neutralidade de rede. A proposta, que já passou por consulta pública, está sendo ajustada a toque de caixa pelo Ministério da Justiça para incorporar os comentários recebidos, para que saia por decreto nas próximas duas semanas. Há uma tendência de que o texto final desidrate significativamente o papel que

estava previsto para a Anatel na versão que foi à consulta. O argumento é o de que Internet não é telecomunicações, de modo que não caberia à agência ser a reguladora natural, nem mesmo das relações entre provedores de conteúdo e provedor e de infraestrutura, como estava previsto na minuta.

Mas há um elemento novo: com a polêmica das últimas semanas em torno da questão das franquias, surgiram discussões sobre a possibilidade de incluir, no decreto, ferramentas que possam impedir esse tipo de prática por parte das operadoras de telecomunicações. Inclusive para a banda larga móvel. O argumento é o de que essa seria uma prática nociva ao conceito de neutralidade e ao atributo essencial da Internet previsto no Marco Civil da Internet.



Resumo de Notícias

28/04/2016 - CUT

Manter taxa de juros é aprofundar crise econômica

Nota da CUT critica decisão do Banco Central e apontam impacto sobre emprego e renda

Agência Brasil Manutenção da Taxa Selic é um banho de água fria na economia e no emprego

A taxa de juros (Selic) mantida em 14,25% ao ano é a maior em uma década. Essa decisão do Banco Central é gravíssima para a sociedade brasileira, pois aprofunda a crise econômica, com o segundo ano de queda considerável do PIB, e sinaliza que o fim da crise será mais difícil e cada vez mais distante. Por isso, para a CUT essa decisão é um grande equívoco.

Os juros altos desestimulam a tomada de crédito tanto para investimentos, como o para o consumo das famílias, e fazem o Estado gastar cada vez mais na rolagem da sua dívida, que só esse ano vai consumir mais de R\$ 500 bilhões. Montante esse que poderia ser usado em obras de infraestrutura, de casas populares, construção de hospitais, escolas, e melhoria dos

serviços públicos em geral.

Assim, os mais prejudicados são os trabalhadores, as trabalhadoras e os pequenos produtores, que estão vendo sua renda diminuir e perdendo seus empregos, em grande parte, por causa dessa política completamente equivocada que estabelece a taxa de juros como a única forma de combater a inflação, a qual o relatório de inflação e a pesquisa Focus do próprio Banco Central apontam estar em queda, o que possibilita uma redução imediata da taxa Selic.

O Brasil precisa de uma redução drástica da taxa de juros como centro de uma nova política econômica que não privilegie apenas os especuladores financeiros e os bancos e priorize o conjunto do povo brasileiro com retomada do crescimento econômico, a geração de emprego e renda.

27/04/2016 - CUT

“É tempo de lutar, não de buscar culpados”, diz Mujica

Em visita ao Brasil, ex-presidente do Uruguai fala sobre cenário político

Em tempos de crise política, o ex-presidente do Uruguai José ‘Pepe’ Mujica, hoje senador em seu país, concedeu entrevista exclusiva a veículos alternativos nesta quarta-feira (27), em encontro organizado pela CUT, Fundação Perseu Abramo e Confederação Sindical das Américas (CSA).

O Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, no centro da capital paulista, sediou a atividade. Ao ser questionado sobre o golpe arquitetado por setores da direita no Brasil, ele não quis falar sobre o que faria se estivesse no lugar da presidenta da República, Dilma Rousseff, mas aproveitou a ocasião para sugerir caminhos aos movimentos sociais.

“Nunca triunfamos totalmente e não há um prêmio no final de cada vida, seja individual ou coletivo. Mas temos que ter uma unidade estratégica já que existe um acúmulo de contradições, que é um processo natural da sociedade. E é preciso viver com causa, sentimento e

compromisso”, disse.

Citou que além do Brasil, países como a Venezuela e a Argentina enfrentam a ofensiva do conservadorismo, mas, reforçou, que “é tempo de lutar, não de buscar culpados”.

Consciência política

Ao falar sobre o crescimento econômico que alguns países latino-americanos tiveram, a exemplo do Brasil, Mujica também destacou que o aumento do poder aquisitivo não significa necessariamente o aumento da consciência política.

Para ele, a politização da sociedade é o primeiro passo. “A riqueza mais importante é o conhecimento”, afirmou. Ele alertou também para o fato de que a classe média ascendeu, mas “não se dá conta que emergiu pela política, não por obra do espírito santo”, ironizou.

Leia mais em:

<http://cut.org.br/noticias/e-tempo-de-lutar-nao-de-buscar-culpados-diz-mujica-e806/>

Resumo de Notícias

28/04/2016 - Altamiro Borges / Blog do Miro

A segunda guerra pelo 'Mais Médicos'

Convocada para amanhã, no Planalto, a cerimônia de assinatura de uma Medida Provisória para proteger o programa Mais Médicos deve transformar-se num primeiro ato em defesa de um das melhores heranças de Dilma Rousseff, colocada sob ameaça por um eventual governo Michel Temer.

Criado por Dilma em 2013, como uma resposta coerente aos imensos protestos ocorridos no primeiro semestre daquele ano, o Mais Médicos atende 63 milhões de brasileiros e tornou-se um dos mais bem sucedidos programas sociais em vigor no país depois da chegada do condomínio Lula-Dilma no Planalto. O índice de satisfação da população beneficiária, residente em áreas carentes e pontos remotos, fica próximo do absoluto.

Num máximo 10, a nota média é de 8,7, contra 6,6 na situação anterior. Ouvidos em pesquisa coordenada pela Universidade Federal de Minas e pelo IPESP (Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas), junto a 14.179 pacientes, 227 gestores e 391 médicos, apurou-se que 95% dos usuários se declaram satisfeitos, 87% dizem os médicos são mais atenciosos, e 82% afirmam que encontraram soluções melhores ou muito melhores para seus problemas de saúde durante a consulta.

A ameaça a sobrevivência do Mais Médicos encontra-se no artigo 16 da Lei 12.871, que criou o programa, e reflete a única vitória obtida por seus adversários naquele ambiente de cerco que o governo enfrentou durante os protestos de junho de 2013. Aliando-se ao PSDB, ao DEM e demais siglas conservadores, as entidades médicas conseguiram impor um limite de sobrevivência do programa - o período de permanência no programa de médicos formados no exterior, sejam brasileiros ou não. Fixou-se um prazo limite de três anos para que eles pudessem servir ao Mais Médicos munidos apenas do diploma de formação em sua escola de origem. Após esse período, diz a



lei, tornou-se obrigatório fazer um exame de revalidação para que pudessem seguir atuando no país. Caso contrário, seriam obrigados a optar entre deixar o Brasil ou abandonar a medicina. Parece uma medida bem intencionada, e até ciosa do ponto de vista da atenção aos pacientes, mas não é.

Num país onde a oferta de médicos por habitante está vergonhosamente abaixo das necessidades da maioria da população e mesmo do padrão autorizado pela renda per capita, a viabilidade econô-

mica do Mais Médicos se apoia na presença de 18.240 médicos que atuam fora do mercado convencional da profissão. A experiência de outros países e mesmo o bom senso mostra que nem todos se dirigem para atuar nos pontos de extrema pobreza movidos por um puro espírito solidário e altruísta, ainda que estes fatores sejam reais em casos numerosos e dignos de admiração. Os efeitos práticos da mudança em curso, caso o artigo 16 seja mantido, é fácil de entender.

Ao contrário do que ocorre hoje, quando só estão autorizados a atuar como profissionais do Mais Médicos, com o exame de validação eles estarão autorizados a ingressar no mercado de trabalho convencional da medicina brasileira, que tem aqueles atrativos que se pode imaginar: salários mais altos, um conforto material típico de classe média e uma vida nos bairros relativamente bem equipados das grandes cidades brasileiras. Caso sejam obrigados a fazer o exame de validação, terão a porta aberta para deixar o mundo dos brasileiros carentes para disputar um lugar ao sol no mercado da medicina brasileira, cuja dinâmica combina um atendimento privado que atinge 20% da população, em grande parte subsidiado pelas garantias oferecidas pelo Estado através do SUS. Não estamos falando de um pequeno número de doutores.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/04/a-segunda-guerra-pelo-mais-medicos.html>